DocuSign Envelope ID: F4036D44-E152-43D1-8E09-345980BD7AB8

JADLOG LOGISTICA S.A.

CNPJ: 04.884.082/0001-35 - NIRE: 35300501861 de 03/03/2017
Av. Jornalista Paulo Zingg, 810, Jd. Jaragua (São Domingos), SP/SP

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outro forma)

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro 2023 e 2022

Ativo	2023	2022
Circulante	**374.220**	**341.894**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9)	136.758	132.190
Contas a Receber (Nota 10)	207.489	181.365
Contas a receber de Partes Relacionadas (Nota 28)	-	1.708
Tributos Recuperáveis (Nota 11)	4.691	14.485
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	11.757	3.548
Outras Contas a Receber (Nota 12)	10.269	5.089
Despesas Antecipadas	3.256	3.509
Não Circulante	**131.978**	**128.464**
Depósitos e cauções	3.120	1.809
Mutuo com Franqueado	385	1.448
Outros Créditos a Receber	1.918	1.918
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 27)	13.022	21.556
Total de Realizável a Longo Prazo	**18.445**	**26.731**
Imobilizado (Nota 13)	81.475	73.673
Ativo de Direito de Uso (Nota 14.1)	32.058	28.060
Total do ativo	**506.198**	**470.358**

Passivo	2023	2022
Circulante	**175.265**	**193.845**
Fornecedores (Nota 15)	64.226	46.033
Contas a Pagar de Franqueados (Nota 16)	17.607	22.144
Contas a pagar a Partes Relacionadas (Nota 28)	7.114	13.360
Salários e Encargos Sociais (Nota 17)	32.918	29.673
Obrigações Tributárias (Nota 18)	11.945	25.572
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	565	5.764
Adiantamento de Clientes	1.706	1.718
Dividendos a pagar (Nota 21	19.776	30.148
Arrendamento mercantil (Nota 14.2)	12.707	10.232
Outras Provisões (Nota 20)	6.701	9.201
Não Circulante	**29.786**	**28.664**
Provisão de Contingências (Nota 19)	8.803	9.537
Obrigações Tributárias (Nota 18)	134	244
Arrendamento mercantil (Nota 14.2)	20.849	18.883
Patrimônio Líquido	**301.147**	**247.849**
Capital social (Nota 21)	16.000	16.000
Reservas de Lucro (Nota 21)	285.147	231.849
Total do Passivo	**506.198**	**470.358**

Demonstração do Resultado

	2023	2022
Receita Operacional Líquida (Nota 22)	1.311.786	1.307.355
Custos Operacionais (Nota 23)	(1.071.738)	(1.063.128)
Lucro Bruto	**240.048**	**244.227**
Despesas Administrativas (Nota 24)	(120.525)	(99.217)
Despesas com Vendas	(7.114)	(10.480)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber (Nota 10)	7.035	(11.149)
Outras Receitas (Nota 25)	12.471	20.023
Outras Despesas (Nota 25)	(18.805)	(7.750)
Lucro Operacional	**113.110**	**135.654**
Receitas financeiras (Nota 26)	16.886	9.066
Despesas financeiras (Nota 26)	(7.022)	(4.060)
Resultado Financeiro líquido	**9.864**	**5.006**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**122.974**	**140.660**
Imposto de renda e contribuição social – Corrente (Nota 27)	(35.338)	(41.623)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido (Nota 27)	(8.534)	21.556
Lucro Líquido do Exercício	**79.102**	**120.593**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	**79.102**	**120.593**
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**79.102**	**120.593**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas de lucros: Re-serva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**16.000**	**3.200**	**138.206**	**-**	**157.406**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	120.593	**120.593**
Constituição de Reservas	-	-	90.445	(90.445)	**-**
Dividendos a pagar	-	-	-	(30.148)	**(30.148)**
Em 31 de dezembro de 2022	**16.000**	**3.200**	**228.651**	**-**	**247.851**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	79.102	**79.102**
Constituição de Reservas	-	-	59.326	(59.326)	**-**
Dividendos pagos no exercício	-	-	(6.030)	-	**(6.030)**
Dividendos a pagar	-	-	-	(19.776)	**(19.776)**
Em 31 de dezembro de 2023	**16.000**	**3.200**	**281.947**	**-**	**301.147**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Lucro líquido do exercício	79.102	120.593
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais		
Depreciação (Nota 13)	15.642	17.173
Depreciação sobre arrendamentos (Nota 14.1)	15.745	15.016
Juros sobre arrendamentos (Nota 14.2)	5.156	2.799
Atualização sobre arrendamentos	(960)	(10)
Provisão para contingência (Nota 19)	(734)	(5.025)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa (Nota 10)	3.570	11.149
Reversão (provisão) de crédito de liquidação duvidosa (Nota 10)	(10.605)	-
Provisão de sinistros à pagar (Nota 20)	(750)	(3.750)
Provisão de sinistros à receber (Nota 12)	23	(1.647)
Provisão de custos operacionais (Nota 20)	(1.750)	(19.427)
Reversão (provisão) clientes a faturar (Nota 10)	-	1.442
Provisão de impostos a recuperar	-	1.220
Outras baixas de ativo imobilizado	1.298	-
Alienação de ativo imobilizado - Terceiros	214	538
Impostos Diferidos (Nota 27)	8.534	(21.556)
Variações no capital circulante líquido		
Contas a receber (Nota 10)	(19.089)	(38.361)
Partes Relacionadas (Nota 28)	(4.538)	6.903
Impostos a Recuperar (Nota 11)	9.794	(9.525)
Outros ativos	(3.887)	(1.496)
Contas à pagar Franqueados (Nota 16)	(4.537)	(421)
Fornecedores (Nota 15)	18.193	(54)
Salários e encargos sociais (Nota 17)	3.245	4.174
Obrigações Tributárias (Nota 18)	(13.737)	(520)
Adiantamento de Clientes	(12)	(12.184)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**99.917**	**67.031**
Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro	(13.408)	8.255
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**86.509**	**75.286**
Fluxo de Caixa das Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado - Partes Relacionadas	(49)	(194)
Aquisição de ativo imobilizado - Terceiros	(24.905)	(19.222)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(24.954)**	**(19.416)**
Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento		
Dividendos Pagos (Nota 21)	(36.178)	(22.165)
Amortização do Principal Arrendamento Mercantil (Nota 14.2)	(14.342)	(15.207)
Juros pagos sobre Arrendamento Mercantil (Nota 14.2)	(5.156)	(2.799)
Outros	(1.311)	(61)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(56.987)**	**(40.232)**
Aumento nas disponibilidades	**4.568**	**15.638**
Representado por:		
Disponibilidades no início do exercício	132.190	116.552
Disponibilidades no final do exercício	136.758	132.190
Aumento nas disponibilidades	**4.568**	**15.638**
Transações não-caixa		

Adição de arrendamento mercantil pelo ativo de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento: para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 totalizaram R$ 19.743 (R$ 24.141 no exercício anterior).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto Operacional: A JADLOG Logística S.A. é uma Companhia de logística e transportes de cargas expressas fracionadas e não fracionadas, e operadorando para os principais "*players*" do *e-commerce* nacional e internacional no território brasileiro. Com uma rede de mais de 500 franquias, instaladas em todas as capitais e nas principais cidades do País, a Jadlog possui uma estrutura de distribuição porta a porta do Brasil, atendendo os clientes com rapidez, segurança e excelência no serviços logísticos. No final do exercício de 2016, o controle da Companhia foi adquirido pelo grupo francês Geopost, que opera por meio da marca internacional Geopost. O nosso quadro acionário é detido em sua totalidade pela JLGP Brasil Participações S.A. A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede à Avenida Jornalista Paulo Zingg, 810 – Jardim Jaragua, São Paulo-SP. **2. Continuidade Operacional:** As atividades logísticas e transportes da Companhia para no segmento de cargas expressas fracionada, seguirá em plena alavancagem, solidificando seu posicionamento no mercado, assim como as perspectivas do mercado nacional para o *e-commerce*. Quanto as cargas exepressas não fracionadas, nosso contratos e clientes do segmento bancário estão mantidos por suas continuidades e vigência. A Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia em continuar operando normalmente, e ainda afirmar a capacidade econômica em incrementar seus resultados financeiros em avanço no mercado nacional, estando convencida de que a Companhia possui recursos necessários para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base na afirmação de continuidade operacional e econômica. **3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de Abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e também, a sua moeda de apresentação. **5. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. ***(a) Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber:*** A provisão para perdas por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. Qual está divulgada na nota 10. ***(b) Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas:*** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Qual está divulgada na nota 19. ***(c) Reconhecimento do imposto de renda diferido ativo:*** A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela administração, cujo horizonte temporal é normalmente de 5 anos. Qual está divulgada na nota 27. **6. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **7. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **7.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **7.2 Instrumentos Financeiros - Ativos financeiros não derivativos – mensuração:** Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo no Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" os grupos de "Caixa e equivalentes de caixa" (com exceção dos certificados de depósitos bancários), "Contas a receber" e "Outros créditos". **7.2.1 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. **7.2.2 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **a) Passivos financeiros não derivativos:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo, os resultados são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **b) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui instrumentos financeiros ou atividades de hedge nos seus saldos de balanço em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Ela não usou e não registrou nenhuma variação decorrente desses instrumentos no decorrer do exercício. **8. Impairment de ativos financeiros e não financeiros - a) Ativo financeiro não derivativo:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **b) Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço. Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou nenhum ativo sujeito a risco de *Impairment*. **8.1 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas esperadas quando requerida. A Companhia considera nas suas avaliações a abordagem de perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes para constituição de perdas. Nesta avaliação são excluídos os clientes que não possuem histórico de perdas. Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda esperada. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a provisão constituída. **8.2 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcione aumento dos benefícios econômicos futuros sendo baixado o valor contábil das peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo original das aquisições dos ativos. As estimativas de vidas úteis utilizadas pela companhia estão demonstradas conforme segue: • Veículos de carga - 8 anos; • Equipamentos de informática - 4 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos; • Maquinas e Equipamentos – 10 anos: • Benfeitorias em imóveis de terceiros – depreciação é determinada pelo prazo do contrato, se o mesmo for inferior a 10 anos; **Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.** O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/ (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **8.3 Fornecedores:** São obrigações a pagar provenientes de aquisições de bens e serviços contratados no curso normal da Companhia. As mesmas foram reconhecidas pelo valor justo e devido aos seus vencimentos serem de curto prazo, não houve necessidade de cálculo e aplicação de taxas de juros efetiva. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **8.4 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: **(i)** A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** O valor possa ser estimado com segurança.. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, por meio de aplicação de uma taxa de desconto acrescida dos efeitos de impostos sobre o lucro, que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa operacional. A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. **8.5 Arrendamento:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **8.6 Capital Social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **8.7 Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **8.8 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. A Companhia adota para a classificação de suas receitas e consequentemente seu contas a receber o conceito chamado de "O modelo dos 5 passos", o qual de forma sucinta, consiste na separação de contratos com clientes em 5 etapas, as quais vão definir como, quando e por quanto a receita deve ser reconhecida. Para fins de reconhecimento da receita a Companhia procede da seguinte forma (modelo dos 5 passos): **(i)** Identificação do Contrato; **(ii)** Identificação das obrigações de desempenho; **(iii)** Determinação do preço da Transação; **(iv)** Alocação do preço da transação a cada obrigação de desempenho; **(v)** Reconhecimento da receita conforme cumprimento de cada obrigação de desempenho. As receitas geradas pela companhia estão segregadas por classes de serviço relacionadas a seguir: ***(a)*** *Serviços de frete fracionado:* As Receitas de Serviços prestados com transportes são reconhecidas no momento que as entregas são realizadas, com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes. ***(b)*** *Serviços de frete dedicado e malotes:* As vendas são reconhecidas de acordo com a data de prestação de serviço, e após validação dos valores pelos clientes da Companhia, podendo a fatura ser emitida em períodos subsequentes, com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes. ***(c)*** *Serviços de armazenagem:* A Companhia realiza algumas atividades de armazenagem para os seus clientes. Para estes serviços, ela emite uma fatura mensal devidamente aprovada pelo cliente e de acordo com a quantidade de posições utilizadas durante o mês de reconhecimento da receita. ***(d)*** *Serviços com franqueados:* A Companhia realiza algumas atividades de serviços prestados com transportes contratados em contraprestação através da rede de franquias, o reconhecimento das receitas geradas nesta operação são aplicadas as regras dispostas no item (a). **8.9 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Receita de descontos; • Despesa de descontos; • Receita de rendimento de aplicação financeira; • Receita de rendimento de mútuo; • Despesas bancárias; • Despesas de juros de arrendamento; • Receita de variação cambial; • Despesa de variação cambial. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. No cálculo da receita ou da despesa de descontos a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto. A receita de rendimento de aplicação financeira é reconhecida mensalmente conforme demonstrativo bancário. A receita de rendimento de mútuo é reconhecida mensalmente de acordo com contrato. As despesas bancárias são reconhecidas diariamente no resultado conforme demonstrativo bancário. As despesas de juros sobre arrendamento são reconhecidas mensalmente de acordo com a taxa de juros efetiva. Não existe literatura nas normas CPCs que defina o que está incluído em receitas financeiras e despesas financeiras, assim, a Companhia divulgou como parte de suas políticas contábeis o que ela considera como itens de receitas e despesas financeiras. **8.10 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são devidamente reconhecidas conforme o serviço correspondente seja prestado pelos colaboradores. Em polo passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviços passados prestado pelos colaboradores, sendo assim mensurada de modo estimado por métricas confiáveis. Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa: salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário. e remunerações variáveis como participação nos lucros. **8.11 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente, reconhecido na demonstração do resultado. As apurações do imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são feitas adotando o regime de Lucro Real conforme regras definidas pelo Decreto 3.000/99. As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia são calculadas mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o Lucro Real Ajustado mais o adicional de 10% sobre a parcela de Lucro Ajustado que exceder o montante de 20 mil no mês (para fins de cálculo de IR) e 9% sobre o Lucro Real Ajustado para fins da Contribuição Social do Exercício. Por sua vez o Lucro Real Ajustado é composto pelo Lucro Contábil da Companhia antes dos Impostos adicionado de despesas não dedutíveis, como por exemplo multas de trânsito, multas por infrações fiscais, brindes e doações, provisões realizadas e quaisquer outras despesas consideradas indedutíveis de acordo com a Legislação vigente, e excluídas as Receitas não tributáveis. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda diferido ativo e passivo é reconhecido com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. **8.12 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles por se considerar que os mesmos serão liquidados em um período menor do que 12 meses. Para valores pagos para os acionistas a título de antecipação de dividendos, o montante será registrado no ativo circulante uma vez que tal antecipação somente será feita mediante garantia de que a Companhia gerará lucro no exercício corrente da antecipação. A política de distribuição de dividendos da Companhia é deliberada após a reunião do Conselho da Administração e sempre respeitando o mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) da Lei das S/A. **8.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. • Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32); • Divulgação das políticas contábeis (Alterações ao CPC 26); • Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23). • CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12); • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7).

9. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	526	106
Depósitos bancários em conta corrente	102	353
Aplicação financeira	136.130	131.731
Saldo em 31 de dezembro	**136.758**	**132.190**

As aplicações financeiras equivalentes a caixa são aplicações em renda fixa com rendimentos mensais baseadas entre 85% a 115% do CDI no exercício 2023, incluindo as aplicações de movimentação automática que obtiveram rentabilidade mensal média em torno de 0,13%. Durante o exercício 2022 as aplicações com rendimentos vinculados à Selic com rendimentos mensais negociados com a instituição financeira em torno de 1,11% e aplicações automáticas com rendimentos mensais em torno de 0,11%.

10. Contas a receber

	2023	2022
Clientes a Receber	225.046	205.957
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(17.557)	(24.592)
Saldo em 31 de dezembro	**207.489**	**181.365**

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber são classificados por um ativo de contrato é o seu direito à contraprestação em troca de serviços transferidos aos clientes, demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo. A Companhia avaliou os impactos decorrentes do ajuste a valor presente e não houve necessidade de se registrar ajuste. **Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber:** Nas contas a receber de clientes, a Companhia reconhereceu a recuperação da provisão para perdas por redução ao valor recuperável, devido à recuperabilidade sobre os riscos de inadimplência, no valor de R$ 17.557 (R$ 24.592 em 2022). A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é como segue:

	2023	2022
Saldo do início do ano	**(24.592)**	**(13.443)**
(-) Provisão	(3.570)	(11.149)
(-) Reversão	10.605	-
Variações no Resultado durante o ano	**7.035**	**(11.149)**
Saldo em 31 de dezembro	**(17.557)**	**(24.592)**

	2023	2022
A vencer	177.451	160.805
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	14.254	12.544
Vencidos de 31 a 90 dias	8.357	5.230
Vencidos de 91 a 180 dias	7.427	11.241
Vencidos de 181 a 365 dias	17.302	7.348
Vencidos há mais de 365 dias	255	8.789
Saldo de vencidos	**47.595**	**45.152**
Saldo em 31 de dezembro	**225.046**	**205.957**

Não são esperadas perdas significativas, além das já provisionadas, para cobrir eventuais prejuízos na carteira de contas a receber de clientes.

11. Tributos recuperáveis

	2023	2022
INSS a Recuperar / Compensar	-	42
PIS a Recuperar	490	1.974
COFINS a Recuperar	2.324	9.073
Retenção PIS/COFINS/CSLL	18	101
ICMS recolhido a maior	1.087	287
CPRB a recuperar	-	4
Outros Tributos	772	3.004
Saldo em 31 de dezembro	**4.691**	**14.485**

12. Outras contas a receber

	2023	2022
Adiantamento a Fornecedores	160	1.078
Empréstimo/Adiantamento a Funcionários	80	18
Adiantamento de Férias	6	652
Provisão de Sinistros a Receber (a)	2.623	2.646
Outros adiantamentos	7	95
Bloqueios Judiciais	93	-
Contas à Receber sobre Sublocações	420	-
Alienações de Imobilizado à Receber	13	-
Antecipação de Impostos à

DocuSign Envelope ID: F4036D44-E152-43D1-8E09-345980BD7AB8

A taxa incremental utilizada está sobre os critérios para os cálculos dos ativos e passivos de arrendamento mercantil conforme a disposição da norma do CPC 06 (R2), assim demonstradas pela Companhia:

1 Ano	12,4%
2 Anos	12,4%
3 Anos	12,4%
4 Anos	12,4%
5 Anos	12,5%
6 Anos em diante	12,6%

14.Impacto do resultado do exercício	**2023**	**2022**
Depreciação do imobilizado de arrendamento	(15.745)	(15.016)
Juros de arrendamento	(5.156)	(2.799)
Atualizações sobre arrendamentos	960	10
Saldo em 31 de dezembro	**(19.941)**	**(17.805)**

As atualizações sobre os arrendamentos referem ao ganho ou perda na ocasião do distrato.

15.Fornecedores	**2023**	**2022**
Fornecedores a Pagar	60.788	44.686
Contas a Pagar	3.385	1.313
Concessionarias a Pagar	53	34
Saldo em 31 de dezembro	**64.226**	**46.033**

16. Contas a pagar de franqueados: As contas a pagar de franqueados referem-se aos serviços prestados pelos franqueados no qual temos o reconhecimento de sua liquidação conforme os prazos de pagamento determinados em contrato entre as partes.

	2023	**2022**
Contas a Pagar de Franqueados	17.607	22.144
Saldo em 31 de dezembro	**17.607**	**22.144**

17. Salários e encargos sociais	**2023**	**2022**
Salários e Ordenados a Pagar	26.364	23.570
Encargos Sociais	6.554	6.103
Saldo em 31 de dezembro	**32.918**	**29.673**

18. Obrigações tributárias	**2023**	**2022**
PIS e COFINS a Recolher	2.622	14.427
CIDE a Recolher	173	-
INSS Retido	454	317
ICMS a Recolher	7.151	8.885
Parcelamento ICMS	244	354
ISS a Recolher	1.331	1.490
ISS Retido	104	99
Saldo em 31 de dezembro	**12.079**	**25.572**
Total de Obrigações Tributárias - Passivo Circulante	**11.945**	**25.328**
Total de Obrigações Tributárias - Passivo Não Circulante	**134**	**244**

As obrigações tributárias da Companhia fazem referência à tributos de natureza Municipal, Estadual e Federal que a Companhia possui ao final do exercício de 2023.

19. Provisões para contingências

	Contingência trabalhista (a)	Contingência trabalhista PJs (b)	Contingência cível (c)	Crédito de PIS/COFINS (d)	Multas s/Obrigações Fiscais(e)	Execução Fiscal (f)	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**891**	**4.387**	**3.667**	**5.617**	**-**	**-**	**14.562**
Variações no Resultado durante o ano	5.407	-1.597	-3.222	-5.617	-	4	-5.025
Em 31 de dezembro de 2022	**6.298**	**2.790**	**445**	**-**	**-**	**4**	**9.537**
Variações no Resultado durante o ano	-165	-1.540	263	-	699	9	-734
Em 31 de dezembro de 2023	**6.133**	**1.250**	**708**	**-**	**699**	**13**	**8.803**

O processos relevantes com possibilidade de perda avaliada como provável estão descrito a seguir: ***(a)*** *Ações judiciais trabalhistas:* A Companhia que é parte (polo passivo) em ações judiciais perante a vários tribunais do Trabalho, decorrentes do curso normal das operações, analisou as demandas judiciais pendentes e constituiu uma provisão no valor de R$ 6.133 (R$ 6.298 em 2022), que é considerada suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. ***(b)*** *Ações trabalhistas – Pessoa Jurídica:* O montante de R$ 1.540 (R$ 1.597 em 2022) refere-se à atualização da provisão realizada sobre os serviços prestados por pessoas jurídicas no período do ano de 2016 até o mês de julho de 2020. A partir de agosto de 2020 todos os prestadores de serviços foram contratados no regime da CLT e as atualizações dessa provisão serão realizadas até a o período de prescrição do direito ao litigio. ***(c)*** *Ações judiciais cíveis:* A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Dentre os processos, a Companhia responde por processo de natureza cível referente a indenização de clientes por causa de litígios na entrega de produtos (atrasos, avarias, erros), pleiteando perdas e danos materiais e morais. A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, constituiu provisão em montante de R$ 708 (R$ 445 em 2022) considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As ações mais relevantes referem-se a quebra de contrato, danos materiais em equipamentos transportados e indenização por extravio por carga transportada. ***(d)*** *Crédito de PIS e COFINS:* A Companhia possuía contenciosos tributários no montante de R$ 0 em 2023 (R$ 5.617 em 2022) referente ao processo administrativo em curso relativo a créditos fiscais. Esse montante foi classificado como perda possível pela nossa assessoria jurídica para o ano de 2023. ***(e)*** *Multas sobre Obrigações Fiscais:* A Companhia possuía contenciosos tributários no montante de R$ 699 em 2023 (R$ 0 em 2022) referente ao risco de penalidades pelo atraso na entrega das declaração acessória EFD. *Outros litígios não provisionados:* A Companhia tem outras causas em disputa judicial relacionadas a ações decorrentes do curso normal dos negócios, mas para os quais nenhuma exigibilidade relevante é esperada de acordo com o entendimento atual desses casos, avaliados como perdas "possíveis". Esses passivos são estimados em R$ 15.212 (R$ 16.369 em 2022) para os contenciosos trabalhistas, R$ 9.689 (R$ 6.351 em 2022) para ações cíveis e R$ 12.734 (R$ 390 em 2022) para ações tributárias. **(a) Reclamação trabalhista junto a uma pessoa física:** A Companhia é parte em um processo referente a reclamações trabalhistas no âmbito de alegação de diferenças sobre as verbas trabalhistas, em 31 de dezembro de 2023 o processo se encontra sob o estágio "em execução", o corpo jurídico da Companhia analisa a possibilidade de perda sobre essa causa como "possível", os valores atuais do referido processo estão em R$ 2.863 (R$ 2.981 em 2022)). **(b) Reclamação trabalhista junto a uma pessoa física:** A Companhia é parte em um processo referente a reclamações trabalhistas no âmbito de alegação de diferenças sobre as verbas trabalhistas, em 31 de dezembro de 2023 o processo se encontra sob o estágio "em execução", o corpo jurídico da Companhia analisa a possibilidade de perda sobre essa causa como "possível", os valores atuais do referido processo estão em R$ 2.004 (R$ 2.518 em 2022). **(c) Reclamação civil junto a uma pessoa física:** A Companhia é parte em um processo referente a reclamações civil no âmbito de alegação indenizatória por questões de danos morais e materiais, em 31 de dezembro de 2023 o processo se encontra sob o estágio "inicial", o corpo jurídico da Companhia analisa a possibilidade de perda sobre essa causa como "possível", os valores atuais do referido processo estão em R$ 2.568 (R$ 2.258 em 2022). **(d) Reclamação tributária:** A Companhia é parte em um processo referente a reclamações tributárias no âmbito de alegação de exigência de valores relacionados a PIS/COFINS referentes ao ano de 2015 e 2017, em 31 de dezembro de 2023 o processo se encontra sob o estágio "em andamento", o corpo jurídico da Companhia analisa a possibilidade de perda sobre essa causa como "possível", os valores atuais do referido processo estão em R$ 12.734 (R$ 390 em 31 de dezembro de 2021).

20. Outras Provisões	**Provisões de Sinistros**	**Franqueados a Faturar**	**Provisão de Custos/Despesas**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	**4.500**	**9.330**	**18.548**	**32.378**
Variações no Resultado durante o ano	(3.750)	(9.330)	(10.097)	(23.177)
Em 31 de dezembro de 2022	**750**	**-**	**8.451**	**9.201**
Variações no Resultado durante o ano	-750	-	-1.750	-2.500
Em 31 de dezembro de 2023	**-**	**-**	**6.701**	**6.701**

A Companhia realiza provisões de serviços prestados e ainda não faturados, porém, devidamente aprovadas por sua diretoria sendo as principais: • Provisões de Sinistros: referem-se às avarias, sinistros e extravios de cargas de processos acionados por clientes (ainda não quitados) e cuja obrigatoriedade de liquidação é provável; **21. Patrimônio líquido - a) Capital Social:** O Capital Social da Companhia é de R$16.000, está composto por 16.000.000 (dezesseis milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal as quais foram subscritas e integralizadas pela JLGP Brasil Ltda., único acionista da Companhia. Todas as ações emitidas possuem o mesmo direito a voto em assembleias e de recebimento de dividendos.

b) Reservas de lucro:	**2023**	**2022**
Reserva de Lucro a Realizar	281.947	228.649
Reserva Legal	3.200	3.200
Saldo em 31 de dezembro	**285.147**	**231.849**

Segundo a cláusula 20 do Estatuto (i) a parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinada para constituição da Reserva Legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia (ii) se aplicável, uma parcela do lucro líquido será destinada a formação de reservas pelo conselho fiscal, se instalado, cuja a constituição será devidamente aprovada em assembleia geral da Companhia. A política de distribuição de dividendos da Companhia é deliberada após a reunião do Conselho da Administração e sempre respeitando o mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) da Lei das S/A. Durante o exercício de 2023 foi constituído a título de dividendos o montante de R$ 19.776 e distribuído o montante de R$ 36.178 referente ao lucro apurado em 2022.

22. Receita operacional líquida	**2023**	**2022**
Receita de transportes fracionados	1.415.516	1.448.603
Receita de fretes dedicados e malotes	110.159	129.203
Receita de serviços de armazenagem	17.375	15.869
Saldo em 31 de dezembro	**1.543.050**	**1.593.675**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta e as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2023	**2022**
Receita operacional bruta	**1.543.050**	**1.593.675**
(+/-) Provisões de Receita	**(5.239)**	**1.442**
(-) Deduções e abatimentos	(236.503)	(284.878)
	1.311.786	**1.307.355**

23. Custos operacionais	**2023**	**2022**
Custos com pessoal e obrigações sociais	249.036	254.203
Custos com transportes e distribuição	681.256	657.685
Custos com veículos	78.600	103.828
Custos com materiais	12.013	13.230
Custos com manutenções	18.957	18.698
Provisão de custos operacionais	(1.750)	(19.427)
Custos com depreciação de arrendamento	15.745	15.016
Custos com depreciação e amortização	8.821	12.661
Outros	9.060	7.234
Saldo em 31 de dezembro	**1.071.738**	**1.063.128**

24. Despesas Administrativas	**2023**	**2022**
Despesas com Sinistros	55.385	36.530
Despesas com Serviços Prestados	10.645	9.563
Despesas com Portaria e Segurança	7.267	6.480
Despesas com Comunicação	1.267	2.574
Despesas com Manutenção de Escritório	2.537	2.928
Despesas com Depreciações e Amortizações	6.821	4.511
Despesas com Manutenção Predial e Equipamentos	10.470	6.504
Despesas com Tributos e Taxas	8.460	9.060
Despesas com Tecnologia da Informação	5.728	7.306
Despesas com Management Fees	5.481	6.888
Outros	6.464	6.873
Saldo em 31 de dezembro	**120.525**	**99.217**

25. Outras receitas ou despesas

Outras Receitas	**2023**	**2022**
Ganho na alienação de ativo imobilizado	476	2.228
Recuperação de custos e despesas	3.172	2.057
Reversão de Provisões de Contingências	735	5.024
Reversão de Provisões de Sinistros a Pagar	728	5.397
Provisão de Franqueados à Receber	1.900	-
Recuperação sobre Tributos	603	-
Receitas com Sublocação	2.657	2.600
Receita de Sucatas, Recicláveis e Resíduos	1.101	1.385
Verbas e Bonificações Comerciais	65	331
Outros	1.034	1.000
Saldo em 31 de dezembro	**12.471**	**20.023**

Outras Despesas	**2023**	**2022**
Reversão de Provisão de Impostos a Recuperar	(12.531)	(1.220)
Despesas Indedutíveis	(1.302)	(2.546)
Baixa de bens recuperados de sinistros	(2.493)	(2.170)
Outros	(2.478)	(1.814)
Saldo em 31 de dezembro	**(18.804)**	**(7.750)**

26. Receitas e despesas financeiras líquidas	**2023**	**2022**
Receita - Juros recebidos	2.748	2.063
Receita - Rendimento de aplicação financeira	13.417	6.399
Receita - Descontos Obtidos	334	387
Receita - Rendimento entre partes relacionadas	231	216
Receita - Variação Cambial Ativa	156	1
Total - Receitas financeiras	**16.886**	**9.066**
Despesa - Juros Passivos	(1.647)	(843)
Despesa - Taxas bancárias	(159)	(415)
Despesa - Juros s/ arrendamentos	(5.156)	(2.799)
Despesa - Variação Cambial Passiva	(60)	(3)
Total - Despesas financeiras	**(7.022)**	**(4.060)**
Resultado financeiro	**9.864**	**5.006**

27. Imposto de Renda e Contribuição Social - (a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos podem ser assim apresentados:

Composição de Elementos Temporários	**2023**	**2022**
Provisão de sinistros à receber	(893)	(899)
Provisão de receita	(2.767)	(987)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas à receber	5.969	8.361
Provisão de franqueados à pagar	5.340	7.529
Provisão de sinistros à pagar	-	255
Outras provisões à pagar	2.278	2.874
Provisões de Custos e Receitas	735	1.028
Provisões de Contingências	2.993	3.243
Outros	(633)	152
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido	**13.022**	**21.556**

(b) Conciliação da alíquota de imposto efetiva: A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	2023	**2022**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**122.974**	**140.660**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição fiscal pela alíquota combinada	**(41.811)**	**(47.825)**
Ativo fiscal diferido constituído no ano sobre adições e exclusões liquidas	(7.703)	25.578
Adições permanentes	(2.381)	(6.758)
Exclusões permanentes	8.023	8.938
Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	**(43.872)**	**(20.067)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.534)	21.556
Despesa de IR e CS no resultado do exercício	(35.338)	(41.623)
	(43.872)	**(20.067)**
Alíquota Efetiva	**36%**	**14%**

Gestão de risco financeiro

27.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez e Juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos (respeitando os dividendos mínimos obrigatórios definido pela Lei das Sociedades por Ações), devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo relativos as suas movimentações, a mensuração fica assim apresentada sobre o valor contábil com uma aproximação razóavel na abragência ao valor justo, a Companhia não apresenta em seus passivos financeiros elementos que possam ser avaliados e mensurados sobre os critérios de reconhecimentos iniciais e ou por outros resultados abrangentes ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham qualquer componente de financiamento ou para as quais não se tenha aplicado o expediente prático.

Risco	**Exposição**	**Metodologia utilizada para mensuração do impacto**	**Gestão**
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, Partes relacionadas e Mútuo com franqueados	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/*ratings* Orientações de investimento para ativos financeiros disponíveis para venda e mantidos até o vencimento
Risco de liquidez e Juros	Aplicações financeiras, Fornecedores, Contas a Pagar de Franqueados, Dividendos a Pagar e Partes Relacionadas	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Risco de Crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito é decorrente das posições de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes e franqueados, incluindo contas a receber em aberto. Na captação de clientes a Companhia analisa os riscos de acordo com a volumetria a ser transportada para a correta tomada de decisão a respeito de prazo médio de recebimento. Em relação a seus franqueados a companhia adota política uniforme para todos. Sendo o prazo médio de recebimento de 30 dias. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera registrar nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado em seu balanço patrimonial. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativo	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	136.758	132.190
Contas a receber (Nota 6)	207.489	181.365
Partes relacionadas (Nota 29)	-	1.708
Mutuo com Franqueado	385	1.448
Total	**348.612**	**316.711**

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa, são concentrados em quatro instituições financeiras consideradas pelo mercado como sendo de primeira linha. No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Compánhia, estão expostas, considerando a características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. **b) Risco de Liquidez e Juros:** A previsão de fluxo de caixa é realizada nas atividades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. A Companhia também presta serviços à Companhias Públicas e frequentemente participa de licitações. Por este fato, mantém índices de liquidez e estrutura de capital próprio exigidos pela Lei 8.666/93. O excesso de caixa mantido pelas atividades operacionais, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos de curto prazo ou títulos e valores mobiliários escolhendo instrumentos com vencimentos e rendimentos favoráveis. Na data do Balanço a Companhia mantinha aplicações financeiras e não obteve emprestimos e/ou financiamentos em suas operações financeira no exercício 2022. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

Ativo	**2023**	**2022**
Aplicação financeira	136.130	131.731
Total	**136.130**	**131.731**

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia são indexados ao CDI, sendo as taxas prefixadas por CDI, sendo assim, a Administração de uma maneira geral entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de liquidez na data das demonstrações financeiras foi:

Passivo	**2023**	**2022**
Fornecedores (Nota 15)	64.226	46.033
Contas a Pagar de Franqueados (Nota 16)	17.607	22.144
Dividendos a pagar (Nota 8)	19.776	30.148
Partes Relacionadas (Nota 29)	7.114	13.360
Total	**108.723**	**111.685**

Valor justo: *Hierarquia de valor justo:* A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

			2022	
Ativo	**Classificação**	**Nível**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	132.190	132.190
Contas a receber (Nota 6)	Custo amortizado	2	181.365	181.365
Partes relacionadas (Nota 29)	Custo amortizado	2	1.708	1.708
Mutuo com Franqueado	Custo amortizado	2	1.448	188
Total			**316.711**	**316.711**
Passivo				
Fornecedores (Nota 15)	Custo amortizado	2	46.033	46.033
Contas a Pagar de Franqueados (Nota 16)	Custo amortizado	2	22.144	22.144
Dividendos a pagar (Nota 8)	Custo amortizado	2	30.148	30.148
Partes Relacionadas (Nota 29)	Custo amortizado	2	13.360	13.360
Total			**111.685**	**111.685**

			2023	
Ativo	**Classificação**	**Nível**	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	136.758	136.758
Contas a receber (Nota 6)	Custo amortizado	2	207.489	207.489
Partes relacionadas (Nota 29)	Custo amortizado	2	-	-
Mutuo com Franqueado	Custo amortizado	2	385	385
Total			**348.612**	**348.612**
Passivo				
Fornecedores (Nota 15)	Custo amortizado	2	64.226	64.226
Contas a Pagar de Franqueados (Nota 16)	Custo amortizado	2	17.607	17.607
Dividendos a pagar (Nota 8)	Custo amortizado	2	19.776	19.776
Partes Relacionadas (Nota 29)	Custo amortizado	2	7.114	7.114
Total			**108.723**	**108.723**

Para as operações relacionadas acima os valores justos são substancialmente idênticos aos valores contábeis.

28. Transações com partes relacionadas - a) Partes Relacionadas de Outras contas a pagar

	2023	**2022**
Valores a pagar à GeoPost S.A. (a)	535	6.888
Valores a pagar à FLAP Locadora e Transporte S.A. (b)	6.579	6.472
Saldo final de Outras contas a Pagar	**7.114**	**13.360**

(a) Valores a pagar relacionados ao *Management Fee* pagável ao grupo referente ao exercício 2022. - (b) A Companhia comprou veículos da FLAP Locadora e Transportes S.A. **b) Partes Relacionadas de Outras contas a Receber:** Correspondem a valores a receber derivado do pagamento de convênios médicos e odontológicos de colaboradores que foram transferidos de uma Companhia para a outra, somando em 31 de dezembro de 2023 o valor total do saldo a pagar abaixo:

	2023	**2022**
Valores a receber da FLAP Locadora e Transporte S.A.	-	1.708
Creditos à Receber – Geopost	1.517	-
Saldo final de Outras contas a Receber	**1.517**	**1.708**

c) Remuneração de Executivos: A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui salários e benefícios não monetários.

Bruno Mazzoni Tortorello
Diretor Presidente - CEO - CPF: 290.850.928-84

Marcos Antonio Miranda da Silva
Diretor Financeiro - CFO - CPF: 075.428.068-31

Pedro Henrique Condini
Contador – CRC-SP 276.645/O-1 - CPF: 317.983.938-40

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da Jadlog Logistica S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Jadlog Logistica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jadlog Logistica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2024. **KPMG Auditores Independentes Ltda. -** CRC 2SP-014428/O-6, **Arlene Zaccharias Bidoia Kurayama -** Contador CRC 1SP244099/O-5

DocuSigned by
Estadao
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533946000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 10/05/2024 | 22:38:01 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/